

EJE 3. SEMIÓTICA/GT-Investigación en sociolingüístico: diálogo sobre lenguaje y sociedad
**Comunidades Quilombolas do antigo Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul: Cenário
Linguístico-Pedagógico**

Antonio Carlos Santana de Souza – Profletras-UEMS/PPGL-Unemat (Cáceres), Brasil

acsantan@uems.br

Nelci Antunes Campos Sobrinho – Pedagogia-Unemat (Indiavaí), Brasil

nelcisobrinho@outlook.com

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Ilhas Linguísticas; Minorias de Origem Africana; Português Brasileiro; Educação.

(Este projeto teve apoio financeiro da Fundect, TO número 156/2024)

Quilombo: sua designação

Os quilombos nos remetem a vários tempos e espaços históricos: em primeiro lugar, à África do século XVII. A palavra Kilombo é originária da língua banto Umbundo, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítico militar conhecido na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (RDC) e Angola (Munanga, 2004, p. 58). Apesar de ser um termo Umbundo, constituía-se em um agrupamento militar de jovens guerreiros, composta pelos jaga ou imbangala (de Angola) e os lunda (do RDC) (Munanga, 2004, p. 59).

Os quilombos nos levam também ao Brasil do final do século XVI e aos séculos seguintes; enquanto durou a escravização institucionalizada, existiram quilombos (ou mocambos) no litoral do Norte ao Sul do país, especialmente nas áreas de plantações de cana-de-açúcar, arroz, cacau e nas armações baleeiras. No caso do litoral nordestino, destaca-se o quilombo de Palmares, que durou mais de 70 anos e se estendia por parte das províncias de Alagoas e Pernambuco. Palmares foi liderado por mulheres e homens que ora são tratados como mitos, ora como personagens históricos, a exemplo de Aquilino, Acotirene, Ganga Zumba e Zumbi, sendo este o último líder, assassinado após um ano da destruição do grande quilombo em todas as regiões de mineração e pecuária, liderados também por Chico Rei em Diamantina, Minas gerais, e Teresa do Quariterê, no oeste do Mato Grosso (Volpato, 2000).

Abordaremos a questão quilombola, passando brevemente pelo sistema escravista no Brasil e abolição, tomando como pressupostos alguns trabalhos historiográficos sobre o negro e a escravidão no Brasil. Posteriormente avançaremos para questões em torno das Comunidades Quilombolas (doravante CQ's) de Mato Grosso do Sul, destacando a contextualização educacional desses grupos.

Ao falar em Educação Quilombola, buscaremos compreender: Como ocorre a Educação na Comunidade Quilombola “Furnas de Boa Sorte”? Quais os principais desafios educacionais nessas comunidades? Quem são os responsáveis pela educação? Quais as iniciativas governamentais quanto a Educação em CQ’s?

No intuito de responder questionamentos lançamos mão da metodologia de História Oral para coleta de fontes orais, bem como fontes bibliográficas de estudiosos que já vêm desenvolvendo trabalhos sobre a História do Negro no Brasil: Ademir Fiabani (2005); Clóvis Moura (1959); Eliane Cantarino O’Dwyer (2002); Florestan Fernandes (1986); Georgina Helena Lima Nunes (2006); Gloria Moura (2007); Maria do Carmo Brazil (2002); Mário Maestri (1988), dentre outros.

É flagrante a ausência de estudos históricos sobre as CQ’s, sobretudo de Mato Grosso do Sul. Apresentamos nossa pesquisa, apontando que não podemos ignorar a existência e a importância desses povos no contexto social brasileiro, visto que representam a verdadeira identidade do Brasil mestiço que temos hoje. Com o estudo das CQ’s em Mato Grosso do Sul impomos uma projeção da sociedade brasileira em seu conjunto, ou seja, como parte constitutiva de nossa realidade.

Uma volta ao passado para se entender o presente

A História do negro no Brasil é uma das Histórias mais cruéis e depreciativas que já tivemos conhecimento. Tendo conhecimento desta nos recusamos a falar da “vinda dos negros para o Brasil”, falamos então na brusca forma como foram trazidos para o Brasil. Sequestrados na África pelos seus, e colocados em Navios Negreiros amarrados uns aos outros, em um espaço insuficiente para que uma pessoa pudesse permanecer viva por muito tempo, cerca de 30% da carga humana era perdida entre uma viagem e outra, muitos negros adoeciam e eram jogados ao mar, isso ocorria também para diminuição do peso das embarcações (cf. BRAZIL, s.d).

Desde que foram trazidos ao Brasil os negros nunca deixaram de manifestar sua revolta contra o sistema escravista. De forma coletiva ou individual estavam em constante luta pela liberdade, organizavam revoltas nos núcleos produtivos, fugas onde se embrenhavam em matos, por vezes constituíam núcleos de resistência denominados “quilombos”. Segundo Brazil a “organização de quilombos não foi a única forma de reação do cativo. Mulheres praticavam o aborto ou assassinavam seus filhos para não os verem reduzidos a mercadorias, suicídios de escravos, etc.” (cf. BRAZIL, s.d, p. 6). A partir destas práticas dos escravizados se tem a denominação ‘quilombos’ para os negros fugidos do sistema escravista, conceito que passou por várias interpretações.

O Movimento Negro denominou os quilombos como “pedaços da África no Brasil”, organização que tem encabeçado várias lutas para valorização da cultura afro-brasileira e conquistado avanços governamentais e legislativos. Alguns historiadores tais como Ademir

Fiabani e Maria do Carmo Brazil utilizam-se da denominação “Comunidades Negras Rurais”. Neste trabalho nos referiremos a “Comunidades Quilombolas”.

Furnas Redescoberta...

A população quilombola no país tem 7.666 comunidades que habitam 8.441 localidades em 25 Unidades da Federação. Esse conjunto soma 1,3 milhão de pessoas, conforme dados suplementares do Censo 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Mato Grosso do Sul estima-se a existência de 22 CQ's, dentre elas as denominadas “Furnas”, comunidades de difícil acesso, envoltas por grandes montanhas.

Para desenvolver nossa pesquisa buscamos conhecer uma Comunidade Quilombola no Estado de Mato Grosso do Sul, elegemos inicialmente “Furnas de Boa Sorte”, localizada no Município de Corguinho – MS (125 km da Capital do estado de Mato Grosso do Sul – Campo Grande). Elegemos a Comunidade pelo fato de ser uma, dentre as existentes em Mato Grosso do Sul, que preserva os costumes e culturas negras e por não receber uma atenção especial em sua educação. Nesta comunidade encontramos aproximadamente 19 famílias, muitas ainda vivem do trabalho nas lavouras, alguns homens trabalham de pedreiros e mulheres de domésticas nos arredores da comunidade, como uma grande família, os cuidados das crianças ficam às pessoas que permanecem na comunidade com a educação não formal e à escola com a educação formal.

A escola da comunidade atende cerca de 25 crianças, oferecendo somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, em salas multisseriadas. A partir do segundo ciclo do Ensino Fundamental as crianças e adolescentes têm que se deslocar até a fazenda vizinha ‘Taboco’. Iniciam-se então as dificuldades, pois a fazenda Taboco é distante, as crianças dependem do transporte que vem do Município de Corguinho passando por todas as fazendas até chegar ao destino ‘Escola da fazenda Taboco’, quando chove a dificuldade é maior, não tem transporte e as crianças que precisam sair da comunidade para estudar ficam sem aula.

Das duas professoras que atuam na escola da Comunidade Furnas de Boa Sorte, somente uma tem Ensino Superior Completo. O espaço físico da escola é bem dividido e organizado, porém através dos depoimentos da professora responsável pela escola verificamos que são mínimos os incentivos governamentais na formação de professores, tal como a preocupação com a valorização da cultura dessa comunidade. O material didático utilizado é o mesmo que vem para as escolas do Município de Corguinho, em seus conteúdos não apresentam incentivos à valorização da cultura negra, ao contrário são repletos de preconceito e racismo representado através das imagens e histórias europeizadas.

Diante da questão dos livros didáticos, é que apresentamos uma primeira crítica. Como sabemos a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a LDB 9.394/96, torna obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Art. 26-A). Indagamos então; que país é esse que aprova

leis, mas não as cumpre? E ainda, como implantar uma escola dentro de uma comunidade negra e não dar sustentação para que esta atenda seus alunos, de forma que ensine o valor de sua cultura e da identidade de seu povo, dentre outros valores? Sabemos que essas questões nos incomodarão por mais tempo, porém nossos estudos vão ao encontro dessas respostas.

Dando ênfase à questão da legislação com relação à escola na Comunidade pesquisada, destacamos um fato ocorrido em nossa primeira visita. Observamos na parede da escola um grande folder, este que trazia informações sobre a Lei 10.639/03 e apresentando a seguinte frase ‘mais que reconhecer, é preciso incluir’, porém ao perguntar a professora se ela tinha conhecimento sobre essa Lei, à mesma respondeu que ‘não, nunca ouvi falar’.

A Educação e as CQ's

Em se tratando da Educação Quilombola, o MEC vem buscando melhorar a educação básica, oferecendo “apoio técnico e financeiro aos municípios que possuem áreas de quilombolas” (MEC, 2008).

Após anos após a implantação da Lei 10.639/03 vemos que na maioria das escolas os livros didáticos não contemplam o estabelecido pela lei. Surgindo então em março de 2008 a Lei 11.645/08 estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, modificando assim a Lei 10.639. À nós estudiosos desta questão é importante que fiquemos atentos à implantação de ‘leis sobre leis’ sem que nenhuma seja aplicada efetivamente.

A criação de uma proposta de Educação Pedagógica para as escolas das CQ's de Mato Grosso do Sul

O processo pedagógico para as CQ's difere-se dos demais, em função de estar baseado em uma pedagogia vinculada a um movimento de luta social visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros.

O público assistido pelas escolas quilombolas é de crianças, jovens e adultos de origem rural, herdeiros da identidade sem território em formação, que deve receber uma educação integral onde o direito ao conhecimento, a valorização e respeito a sua descendência africana, sua cultura e história que os tornem cidadãos.

As necessidades dos educandos das escolas quilombolas são as mais variadas possíveis, desde a necessidade de aprender a ler, articular ideias de forma sistemática, buscando a defesa da vida e da história a partir de uma proposta política para todos.

Nas escolas das CQ's a experiência pedagógica acontece em vários níveis de atuação da vida, que não é fruto unicamente da interação professor/aluno, mas da integração professor/aluno, aluno/família, aluno/lugar onde vive, lugar onde vive/escola, escola/trabalho, trabalho/aluno, aluno/comunidade, comunidade/escola, escola/sociedade e escola/mundo.

Esta proposta de educação pedagógica teve como base fundamental o ícone, em se tratando de educação participativa, Paulo Freire, que busca a compreensão dos processos educativos nas suas dimensões sócias e políticas, vendo o indivíduo das camadas populares como principal agente construtor e transformador da história por meio das práxis pedagógicas.

Desta forma a comunidade quilombola é o espaço físico, é o mundo conhecido, é o espaço de interação e por isso se constitui uma realidade concreta, vivida, amada, que necessita ser entendida para ser transformada. Logo se torna um fator fundamental no processo pedagógico.

Diante disso a luta social nas comunidades realizada pelo movimento quilombola, torna-se um processo pedagógico por ser um espaço de troca de saberes, respeito à diferença, construção de cidadania por meio da ocupação do território, o espaço geográfico.

A escola quilombola deve fazer com o que os educandos conheçam os seus valores e respeitem os seres humanos, desenvolvendo no indivíduo a percepção de tudo que lhes norteiam, levando em consideração os ciclos da natureza e, de forma especial, os ciclos da vida humana.

Inaugurar caminhos para se pensar um fazer pedagógico em CQ's passa pelo momento da reflexão e da ação, não dicotomizados, formadores da unidade que se chama práxis. Práxis, no sentido conferido por Freire (1987), é uma teoria do fazer e nesse momento, precisamos exatamente isto: ousar fazer um caminho, na forma de diretriz, sem querer, de forma alguma, que este seja o caminho absoluto.

O cotidiano quilombola, a exemplo de outros grupos étnico-raciais e sociais, é a emergência da práxis porque o pensar e o fazer se corporificam: na forma de visões (pensamentos, ideias) que orientam um portar se diante do mundo; no modo de vida e mais especificamente na forma de trabalho como atividade prática que não isola o pensar do fazer, resultando em manter-se no mundo; como processo educativo que confere aos sujeitos um localizar-se no mundo observando as suas especificidades de raça, gênero, faixa etária e classe social.

Esta tríade, didaticamente separada – portar-se, manter-se e situar-se no mundo –, significa uma consciência emergente, um autoconhecimento, talvez, um autoconhecimento das suas necessidades que se constitui no passo elementar para sonhar um mundo de menos necessidade e, conseqüentemente, de mais liberdade.

Espera-se desse modo que crianças, adolescentes e jovens, na relação com a natureza histórica e cultural consigam portar-se, manter-se e situar-se dentro da comunidade, nos diversos níveis de ensino e, principalmente, na disputa por um projeto de sociedade mais justa, fraterna e plural.

Fenômenos Linguísticos das CQs

- Marcas Fonéticas:
 - Ausência de l e r finais
 - l posvocálico r

- r posvocálico l
- síncope
 - Marcas Gramaticais:
- A variação na concordância verbo-nominal e de gênero
- Distintas marcações número pessoais
- Eliminação das marcas flexionais do subjuntivo

No sistema verbal:

- uso de formas do presente para indicar ações e estados no passado
- uso da forma de infinitivo com a mesma função
- uso reduzido do artigo
- variação na concordância de gênero no SN
- uso da diátese lexical, ao invés de estruturas passivas
- regência verbal
- supressão da preposição
- ausência do verbo copulativo
- ausência de concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo
- orações encaixadas sem complementizador

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.
- BRAZIL, Maria do Carmo.(2007). *O Negro na História do Brasil*. Dourados: (S.D).
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana .
www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci
- FERNANDES, Florestan. (1986). *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*. vols. I; II. São Paulo: Ática.
- FIABANI, Adelmir. (2005) *Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: Expressão Popular.
- FREIRE. Paulo. (1987) *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- MAESTRI, Mário.(1988). *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MEC, Portal do. Educação e Diversidade: Educação Quilombola. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=com_content&task=view&id=30.
- MOURA, Clóvis.(1959). *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi.

- MOURA, Gloria. (2007) *Salto para o Futuro: Educação Quilombola. Proposta pedagógica.* Boletim 10..
- MUNANGA, Kabengele.(2004). *Para entender o negro no Brasil: histórias, realidades, problemas e caminhos.* São Paulo: Global Editora e Ação Educativa.
- NUNES, Georgina Helena Lima. (2006). *Educação Quilombola.* In: MEC. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.* Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada – Alfabetização e Diversidade Brasília: SECAD.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). (1995). *Terra de Quilombos. Associação Brasileira de Antropologia.* Rio de Janeiro: Decania CFCH/ UFRJ.
- RESOLUÇÃO CNE n. 01/2004 (2007). www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. (2000). *Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira.* In: REIS, J.J.; GOMES, F.(org). *Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras. pp 213-239.